

# Especial

HOJE EM DIA

BELO HORIZONTE, DOMINGO, 19/4/98 • PÁG. 1



▼ PÁG. 8  
 Sem-terra se preparam para colher e vender verduras em Betim

# Morte ronda crianças Maxakali

Luciene Takahashi  
 ENVIADA ESPECIAL

FOTOS: BRENO PATARO / ENVIADO ESPECIAL



SANTA HELENA DE MINAS E BERTÓPOLIS - Comemorar o Dia do Índio na reserva do povo Maxakali, no Vale do Mucuri, a 800 quilômetros de Belo Horizonte, é ironia. E das piores. A nação merece, e muito, por ser uma das poucas no Brasil a resistir aos assédios da cultura classificada como civilizada, mas é inegável o seu sofrimento. O motivo mais atual é a morte das crianças Maxakali. De janeiro até quinta-feira passada, oito delas morreram, sendo seis só nesse mês de abril. Todas vítimas de um quadro clínico de febre, diarreia com sangue e vômitos. É um número absurdo em uma comunidade cuja população total é de 820 pessoas.

Só no período de uma semana, 21 crianças foram internadas com os mesmos sintomas nos hospitais de Maxacalis, Águas Formosas e Governador Valadares. O quadro fica mais complicado, ainda, por continuar desconhecida a causa das mortes. Nos atestados de óbito de pelo menos três delas está registrado septicemia - infecção generalizada. Enfermeiro de um dos dois postos da Funai na re-



Crianças são vítimas de epidemia: oito já morreram este ano; quadro reflete a miséria dos índios em MG

serva, Antônio Rodrigues de Souza, conta ter enviado para a regional em Governador Valadares um relatório após a quinta morte. Ele não se lembra da data, mas depois disso já acompanhou a morte de mais uma no posto de Água Boa, onde trabalha. Encaminhou ainda

os corpos de outras duas do posto de Pradinho. "Nunca vi tanta criança morrer. Antes já era um problema quando uma morria dentro de dois a três meses", compara o enfermeiro, que há 17 anos tem contato com os índios. O que assusta o enfermei-

ro, apavora os pais e mães Maxakali. Luci e Tuiler - ela 16 anos e ele, 17 - é um desses casais. Choram a morte da primeira filha e temem pela vida da mais nova, de quatro meses. Luci ainda estava de resguardo quando a primogênita adoeceu e foi levada por Tuiler para o hospital em uma

segunda-feira. "Na quinta-feira, ela arruinou de vez. Os enfermeiros colocaram um remédio no soro e ela teve um alcance ligeiro", descreve a tia de Luci, Maria Luiza, 37 anos, uma das três mulheres do posto do povo Maxakali que fala português. Tuiler sabe também a lí-

ngua do civilizado, mas se expressa com contrações do rosto ao ser indagado sobre a morte da filha. Luci abraça a mais nova e mantém a cabeça baixa. O casal até tentou esquecer, conta a tia. Manda a tradição Maxakali, quando a pessoa morta tem idade acima de quatro ou cinco anos, atear fogo na casa e construir uma nova em outro local. No caso dos mais novos, a família passa de quatro a cinco meses na casa de parentes e depois retorna ao antigo lar. O casal fez o seu ritual: queimou roupas, bonecas e sapatos da filha morta, mas não a esqueceu.

### A CAUSA

O que tem matado as crianças Maxakali nos últimos quatro meses é ainda uma pergunta sem resposta. Nenhum órgão oficial tem um laudo pronto. Os funcionários da Funai afirmam que a Fundação Nacional de Saúde está ciente das mortes. Segundo um deles, ela só aparece em campanhas de vacinação, mas como foi informada da gravidade do quadro local está se preparando para ir à aldeia. Será a sua primeira visita neste ano. O chefe de saúde da Funai em Governador Valadares, Isac Barbosa, informou quinta-feira que no dia seguinte estaria na aldeia para elaborar um relatório sobre o assunto.



Meninos se banham nas águas poluídas do rio



As crianças são acomodadas no chão do hospital



Casal chora a morte da filha e teme pela caçula

## Água é suspeita

SANTA HELENA DE MINAS E BERTÓPOLIS - Existe de concreto na história da morte das crianças, e todos concordam, que os médicos não têm conseguido cortar o vômito e a febre que vêm matando os meninos Maxakali. Na falta de um levantamento epidemiológico predominam especulações. A principal é a falta de saneamento básico. A situação é pior exatamente em Água Boa, área em que seis crianças morreram. Nela vivem 102 famílias (400 índios). Em várias das aldeias, como a de Cansação, apenas um poço é utilizado para todas as necessidades de 11 famílias.

"Não tem água. Teve que fazer o poço. Toma água assim mesmo com sujeira. Falei com a Funai que está enrolando há um ano e meio", reclama o professor Gilmar Maxakali. Na área de Pradinho, onde moram 110 famílias (420 pessoas), uma das alternativas é uma reserva construída para criar peixes. As crianças nadam no local. A água é a principal suspeita, também, pela saturação de dejetos humanos e de animais próximos tanto dos poços como dos rios que, nesta época do ano, correm rasos devido à seca.

O pessoal da Funai desconfia, também, que as mortes podem estar ligadas à característica seminômade dos Maxakali. O raciocínio é o seguinte: eles andam muito na região, onde o calor chega facilmente aos 30 graus. Como é tradição passear sempre acompanhados de toda a família, as crianças menores estariam sujeitas à desidratação. Segundo o enfermeiro da Funai em Água Boa, algumas das crianças que morreram estavam hidratadas.

## Orações a Topá

SANTA HELENA DE MINAS E BERTÓPOLIS - Os índios Maxakali têm cantado e dançado nas cabanas de religião, pedindo cura a Topá. As índias com filhos em estado febril, diarreia e vômito, como Nilza, 19 anos, recorrem aos chás de ervas medicinais e ao posto médico da Funai. O último recurso é a internação hospitalar. Um dos medos dos Maxakali é que a criança seja colocada no soro sem a devida assistência de enfermeiros. As reclamações não são poucas.

Um dos alvos é o Hospital de Águas Formosas - município a 40 quilômetros em estrada de terra da reserva -, onde a maioria das crianças morreu e seis estavam internadas na noite de quinta-feira passada. Muitos, como o casal Cláudio e Elzina Maxakali, que no mesmo dia procuravam assistência para a filha Anizina, de um ano e meio, preferem enfrentar viagem até Governador Valadares, no Vale do Rio Doce.

O diretor do Hospital, Manoel Cardoso, considera as reclamações injustas. Ele afirma que o estabelecimento tem é prejuízo por manter uma ala exclusiva para os Maxakali. "Eles ficam perturbando", reclama.

Para o clínico geral Hayden Matos Batista, o problema está localizado bem antes do índio Maxakali ir para o hospital. "Eles só chegam aqui quando estão morrendo e têm um receio natural de confiar no branco, devido à própria discriminação regional", analisa.

## Terras invadidas

SANTA HELENA E BERTÓPOLIS - O cacique de Água Boa, Edivaldo, 59 anos, afirma que a sobrevivência do Povo Maxakali depende da área que é ocupada por 11 fazendeiros. Os índios já têm planos para o local. O professor Pinheiro conta que pretendem construir aldeias mais afastadas, reservar terra para os mais novos, mas o que mais esperam é deixar a floresta tomar conta da região novamente e voltar a pescar no Rio Umburana.

"Queimou tudo. Roçam o mato. Acabou caça. Fazendeiro fica no meio e não deixa pescar. Muito pouco para comer agora", afirma Pauleno, 34 anos, da área Pradinho.

Caçadores e pescadores por tradição, os Maxakali dependem hoje da cesta básica fornecida pela Funai para ter o que comer. Ela é reforçada pelo que compram com o dinheiro da venda de artesanato, o que colhem nas pequenas roças e pedindo ajuda aos não-índios. Casais como Toninho e Bileja, de Pradinho, por exemplo, reclamam ter apenas batata para comer com os seis filhos. O marido pede ajuda para comprar roupa. Bileja só tem um vestido.

São carências claras e faladas, mas que não parecem afetar a vontade Maxakali de preservar sua cultura. Nas duas áreas da reserva só há dois casais mestiços entre as 212 famílias. Os mais velhos estão sempre contando casos para os jovens. Os homens continuam iniciando os filhos na caça e pesca, apesar do sumiço dos bichos e do peixe. As mulheres vão com as filhas para o mato em áreas distantes colher matéria-prima para os colares, bolsas e cestas de pesca. Todas as crianças acima de sete anos estão na escola aprendendo o Maxakali, ensinado por professores Maxakali.

■ LEIA MAIS NAS PÁGINAS 2, 3 e 4

# Uma história mal contada de extermínio

Maurício Lara  
REPÓRTER



Há 500 anos, cerca de 100 nações indígenas habitavam o território que se transformou no Estado de Minas Gerais. Não há uma estimativa de quantos indivíduos eram, mas, ao longo dos séculos, diferentes formas de extermínio se encarregaram de reduzir os índios a 7.500 pessoas reunidas em cinco nações. E essa história ficou mal contada.

De acordo com trabalho escrito pela professora de História da Universidade Federal de Juiz de Fora, Sônia de Almeida Marcatto, "as nações colonialistas têm a seu favor o escrever a história dos povos colonizados sob uma ótica capaz de justificar os meios empregados para alcançar os fins a que se propõem". Ela mostra que os indígenas não tiveram como transmitir a sua própria versão dos fatos, "a não ser pela tradição oral".

A professora argumenta que é difícil reconstituir o passado dado a parcialidade do enfoque europeu e às diversas maneiras de mascarar a verdade - mentira oficial, omissão intencional e a visão unilateral dos fatos relatados". No prefácio do livro "A luta dos índios pela terra - Contribuição à história indígena de Minas Gerais", editado pelo Centro de Documentação Eloy Ferreira da Silva (Cedefes) está registrado que "os legisladores brasileiros, direta ou indiretamente, facilitaram o extermínio de mais de 100 nações indígenas em Minas Gerais, aprovando projetos, ou elaborando leis e decretos cujo objetivo final foi sempre a espoliação das terras dos índios".

Um dos exemplos mais eloquentes é o decreto firmado por Dom João VI, em 1808, que transformou em "guerra justa" a invasão das terras e extermínio dos Botocudos, que habitavam o Leste de Minas Gerais. Abaixo, alguns trechos da Carta Regia:

"...deveis considerar como principiada contra esses índios antropofagos uma guerra ofensiva... que não terá fim, senão quando tiverdes a felicidade de vos senhorear de suas habitações e de os capacitar da superioridade das minhas reas armas de maneira tal que movidos do justo terror das mesmas, peçam a paz... possam vir a ser vassallos úteis..."

"Que sejam considerados prisioneiros de guerra todos os índios Botocudos... e que sejam entregues para o serviço do respectivo Commandante por dez annos e todo o mais tempo em que durar sua ferocidade...". Pelo decreto, ganharia uma gratificação o comandante "que aprisionou e destruiu no mesmo tempo maior numero" de índios.

## Auto-sustentação é o maior desafio do futuro

Sensibilizar sociedade e governos para a questão dos indígenas e de outros excluídos é um dos maiores desafios que os índios enfrentam na busca da auto-sustentação no futuro, na opinião do arcebispo de Mariana, Dom Luciano Mendes de Almeida. "A dificuldade maior é esta: a sala está vazia", disse o arcebispo, mostrando o auditório do Teatro Nansen Araújo, que abrigava 70 pessoas, incluindo índios e organizadores do debate "Os povos indígenas no 3º Milênio - Desafios para a Construção da Autonomia".

"Minha grande tristeza é que o governo não está nem aí, o Congresso não está nem aí, a sociedade não está nem aí. Nós é que agredimos, não são os índios. E uma forma de agressão é a omissão", afirmou Dom Luciano. O procurador da República, Alvaro Ricardo de Souza Cruz, também lamentou: "Passa o dia 19 de abril, ninguém mais lembra do índio".

O administrador Regional Executivo da Funai, Wilton Madson Andrade, avisou que é impossível a Funai sozinha assumir todas as demandas dos índios. "Temos problemas de recursos humanos e financeiros", disse ele. Andrade informou que o orçamento da Funai, já insuficiente, está sendo reduzido à metade neste ano.

O procurador da República apresentou uma sugestão ousada: a criação de incentivos fiscais para projetos voltados à auto-sustentação dos povos indígenas. Na análise de Geralda Chaves Soares, "a auto-sustentação vai passar pela recuperação da terra, que eles recebem degradada", observa.

A presença de fazendeiros na reserva Maxakali é a última das questões fundiárias indígenas pendente em Minas Gerais. Há um ano, os invasores do território Krenak, em Resplendor, foram retirados e os 120 índios remanescentes tomaram posse dos 4 mil hectares.

Os 6 mil Xakriabá existentes ocupam 46.414,92 hectares no município de São João das Missões, no Norte de Minas. Xakriabá, Maxakali e Krenak são as três nações indígenas que se originaram no estado. As outras duas nações, Pataxó e Pankararu, vieram do Nordeste. Existem também os Kaxixó, que vivem em Martinho Campos, mas eles ainda não conseguiram ser legalmente reconhecidos como índios.

Os Pataxó ocupam 3.269,71 hectares em Carmésia, no Vale do Aço. Os Pankararu, originários do Pernambuco, desde 94, ocupam uma fazenda de 62 hectares, em Coronel Murta, no Vale do Jequitinhonha, cedida em comodato pela Diocese de Araçuaí.

ÍNDIOS DE MINAS (no passado)	
Nação	Localização (Serras ou Rios)
<b>Nordeste:</b>	
Cariri	São Francisco, Uruçuaia, Carinhonha, Verde, Gorutuba e Coxá Idem
Cururá	São Francisco
Gamela	São Francisco
Xocó-cariri	São Francisco
Xucuru	São Francisco
Tremembé	São Francisco, Uruçuaia, Paracatu
Acuru/Calapó	Paracatu, Preto, Uruçuaia
Acroá-mirim	Uruçuaia, Preto, Paracatu
Acroá-timbira	Uruçuaia, Preto, Paracatu
Guaíba/Calapó	São Francisco (Ilha dos Guaibas)
Temiminó	Preto, Paracatu
Xakriabá	São Francisco, Uruçuaia
<b>Centro-Oeste:</b>	
Abaité	Abateú, Borrachudo, Sono
Abatirá	Alto São Francisco
Abatiguará	Alto São Francisco e Grande
<b>Centro-Leste:</b>	
Carijó	Abateú, Alto Piranga
Goiá/Goianá	Paraopeba, Velhas, Pará
Guaraxuê	Tripuí, Ribeirão do Carmo
Mariquitare/ Maiongong	Paraibuna, Preto, das Mortes
<b>Triângulo:</b>	
Paraná	Paranaíba, Araguaia
Boróro	Rio Grande
Boé	Rio Grande
Umutina	Rio Grande
Araxá	Planalto de Araxá
<b>Sudoeste:</b>	
Arari/Cataguá	Serra do Ibitipoca Grande, Sapucaí, Monte Verde e Turvo
Cataguá	Rio Verde
Mandiboia/Cataguá	Rio Verde
<b>Sudeste:</b>	
Caximé	Serra da Mantiqueira
Abaliba	Paraíba do Sul
Abatipó	Matipó
Ararapé/Tamoio	Alto Rio Grande, Paraibuna, Preto
Caeté	Alto Rio Doce
Miriti/Tamoio	Gualaxo, Carmo
Airua	Preto, Paraibuna
Coropó	Alto Rio Doce
Guaruto	Pomba e Peixe
Guaru	Muriae e Pomba
Cotoxó (Cotoxé)	Muriae e Pomba
Croato (ou Coroado)	Casca, Matipó, Pomba, Peixe
<b>Nordeste:</b>	
Iná/Caiapó	Alto Rio Pardo
Amoipira/Tupinambá	Pardo, Verde Grande e Pequeno
Catiguçu	Jequitinhonha, Setúbal
Guarani/Mbia	Jequitinhonha, Setúbal
Imburu	Jequitinhonha, Setúbal
Jurupi	Jequitinhonha, Setúbal
Tuparecê	Jequitinhonha, Itaobim
Tupinac	Jequitinhonha, Araçuaí
Tupinikim	Jequitinhonha, Araçuaí
Xá	Jequitinhonha, Araçuaí
Araná-ne	Vale do Uruçuaia
Camacá	Pardo, Jequitinhonha ao Doce
Macuni	Alto dos Bois
Puri-mirim	Alto dos Bois
Camanaxó	do Jequitinhonha ao Doce
Capoxó	Sucuri-Grande
Maxakali	Jequitinhonha, Alto
Pataxó	Itanhaém, Alto Juçuruçu Jequitinhonha, Rubim
<b>Leste:</b>	
Mangaló	Alto Rio Doce
Nominikim	Mucuri, Pampá, Todos os Santos
Tapajó	Mucuri, Pampá, Todos os Santos
Mucuni	Mucuri
Pejaurim	Mucuri
Temiminó	Mucuri
Tocólo	Poté, Todos os Santos
Caramoná	Araçuaí
Guaimurê (Aimoré)	Alto Rio Doce
Guaraxuê	Serra dos Aimorés Carmo, Piranga
Gurupi	Alto Rio Doce
Malali	Suaçuí-Grande, Setúbal
Mutum	Mutum, Manhuaçu
Pampá	Pampá, Mucuri
Panamé (Panhamé)	Suaçuí, Pecanha
Noreté	Noretés, Mucuri
Paruntum	Mucuri
Zamplan	Piracicaba, Doce
Monoxó	Pecanha, Suaçuí
Moxotó	Pecanha, Suaçuí
Pojixá	Entre Suaçuí Grande e Mucuri
Xopotó	Rio Doce, Chonin
Xonim	Rio Doce, Chonin
Arara	Suaçuí Grande, Serra do Caparaó
Guaaná	Correntes, Santo Antônio, Suaçuí Grande, Guanhaes

Fonte: Conselho Indigenista Missionário (CIMI) e Centro de Documentação Eloy Ferreira da Silva (Cedefes)



Das 100 nações indígenas que povoavam a região de Minas Gerais há 500 anos, hoje só restam 7.500 índios, que sofrem de doenças e preconceitos da classificada civilização do homem branco

**ÍNDIOS DE MINAS (hoje)**

**PANKARARU**  
Município: Coronel Murta (Jequitinhonha)  
População: 25  
Área: 62 hectares

**XAKRIABÁ**  
Município: São João das Missões  
População: 6.000  
Área: 46.414,92 hectares

**MAXAKALI**  
Municípios: Bertópolis e Santa Helena de Minas (Mucuri)  
População: 850  
Área total: 5.293,63 hectares

**PATAXÓ**  
Município: Carmésia (Vale do Aço)  
População: 230  
Área: 3.269,71 hectares

**KRENK**  
Município: Resplendor (Rio Doce)  
População: 120  
Área: 4.000 hectares

## Professor indígena resgata cultura

Uma das iniciativas de governo em relação aos índios mais aplaudidas é o Programa de Implantação das Escolas Indígenas em Minas Gerais, desenvolvido em conjunto pela Secretaria Estadual da Educação, Universidade Federal de Minas Gerais, Instituto Estadual de Florestas, Funai e Ministério da Educação. O objetivo é formar professores indígenas.

No final de 99, estarão formados 56 professores, que terão participado de oito módulos, sempre em janeiro e julho, no Parque Estadual do Rio Doce, em Marliéria. Os professores foram contratados pelo Estado e já dão aulas em suas aldeias. "A gente trabalha tentando atender a demandas específicas. Cada escola é diferente da outra, com ênfase maior em uma ou outra disciplina", explica Alenice Mota Baeta, professora de História envolvida na formação dos professores indígenas. Entre

...kaii, por exemplo, onde a maioria fala sua própria língua, há ênfase no estudo do Português como segundo idioma, informa Alenice. Os Xakriabá já estão interessados em estudar a própria história. "A escola é trabalhada a partir do olhar indígena. Valoriza o olhar e a memória do grupo", diz Alenice Baeta.

Segundo ela, os formadores dos professores indígenas têm que se colocar no processo "com muita humildade, fazendo o papel de organizar idéias". Uma queixa é de que as tribos ainda não dispõem de espaços adequados para as escolas. "Há aula até debaixo de árvores", denuncia o procurador da República Álvaro de Souza Cruz.

Outra iniciativa do governo mineiro foi a criação da Comissão Executiva Estadual da Questão Indígena de Minas Gerais (CEAI), instituída em 1984, com seu papel redimensionado em abril de 1996.

A Comissão é formada por representantes do governo estadual, Funai, ONGs e índios. "A Comissão vive de reunião", reclama Geralda Soares. "A CEAI tem boas intenções, de aprimorar, mas não tem recursos próprios", lamenta o Coordenador do Conselho Indigenista Missionário (Cimi), Luciano Marcos Pereira da Silva. Ele, no entanto, reconhece que, hoje, "o Estado tem uma política de respeito ao índio".

A queixa é que a CEAI faz ações isoladas. No documento de Governador Valadares, os índios reclamam: "No nosso entendimento, não existe interesse político no seu funcionamento". O deputado João Leite defende a Comissão. Diz que ela não tem recursos próprios, mas que as secretarias envolvidas podem assumir suas partes. Cita como exemplo a da Educação e o projeto de formação de professores.



As nações indígenas do Estado de Minas Gerais vão ganhar 56 professores, que devem ensinar aos jovens a cultura de seus ancestrais, a partir de 1999.

# Matar ou morrer pela terra prometida

**Maurício Lara**  
REPÓRTER



A declaração de guerra feita pelos índios Maxakali aos fazendeiros que ocupam 1.853 hectares de suas terras obedece a uma lógica simples: se o território foi homologado pela União, se é deles, porque há estranhos lá dentro? Os especialistas explicam que eles têm dificuldades para entender os trâmites administrativos, políticos e judiciais do homem branco e que a terra, para eles, é tudo.

"Nós é dono da terra. Se alguém querer matar eu, eu fico morto na minha terra. Não tem problema", desabafou, na quinta-feira passada, Guigui Maxakali. Representantes das nações indígenas mineiras passaram a semana cumprindo extensa programação em Belo Horizonte, que incluiu audiência pública na Assembléia Legislativa e audiências com prefeito, arcebispo e governador. Sem uma solução efetiva para a retirada dos fazendeiros invasores, decidiram estabelecer o dia 30 de abril

como prazo final, antes de usarem a força para desocuparem suas terras. "O artesanato está pronto", informou Milton Maxakali, referindo-se aos arcos e flechas que eles vendem como peças de artesanato, mas que são também as únicas armas de que dispõem para guerrear. "Índio não tem espingarda, não tem revólver", completou Milton. Arco e flecha nas mãos, vão entrar nas terras invadidas os homens, as mulheres e os meninos maiores de 10 anos, informou Guigui.

Ele explica que eles pintam o corpo para a festa e para a guerra: "Tem que pintar para ficar bonito, para namorar. Quando fico bravo, pinto também", explicou o líder índio. Se for morto na invasão, estará pintado. "Vou ficar no chão bonito com a pintura", imaginou.

O território Maxakali tem 5.293,63 hectares, nos municípios de Bertópolis e Santa Helena de Minas, no Vale do Mucuri. Está homologado desde outubro de 96, mas 11 fazendeiros ocupam uma faixa que divide a área em duas: Pradinho e Água Boa. Os índios não podem atravessar a área invadida.

"Tem que tirar os fazendeiros que querem matar nós. Nós queremos criar bicho, pegar peixe, deixar crescer mata, caçar, comer, criar as

crianças, namorar as mulheres na terra. Nossa terra tá muito pequena", enumerou Guigui, para explicar por que decidiram que não vão esperar mais. "Não tem mais ano que vem, nem mês que vem".

Em todas as visitas que faziam ao longo da semana, os índios de Minas entregavam um documento que já mostrava que não estavam mais dispostos a voltar sem soluções para suas aldeias, especialmente no caso dos Maxakali. "Queremos que o governo e os deputados nos ajudem a retirar os fazendeiros, porque nossa paciência tem limite!", escreveram no texto elaborado em reunião no início de abril, em Governador Valadares.

Entre outras reclamações, como a demora na votação do Estatuto do Índio, que tramita no Congresso Nacional desde 1991, dedicavam um parágrafo inteiro à questão Maxakali.

"Em primeiro lugar, queremos manifestar nossa revolta pela situação vivida pelos nossos irmãos Maxakali. O governo federal já declarou que a terra pertence aos índios. A área foi homologada e registrada em nome da União há quase dois anos. No entanto, os fazendeiros continuam ocupando a terra e destruindo as florestas.

Heráclito  
19/04/98  
Maxakali 188

Hoje Lumbia  
19/4/98 3 Cont.  
188

## Texto anunciava fim da paciência

O tom do texto entregue às autoridades e da fala dos líderes indígenas preocupou o presidente da Comissão dos Direitos Humanos da Assembléia, deputado João Leite (PSDB). “A situação está tensa. O povo não tem mais paciência para esperar”, disse o deputado, depois da audiência pública realizada na terça-feira. Durante a audiência, ele recebeu telefonema do governador Eduardo Azeredo, a quem narrou a situação. “O governador ficou assustado”, revelou. Uma das queixas dos índios era que não estavam conseguindo marcar audiência com Azeredo, que acabou sendo realizada na quinta-feira.

A pedagoga Geralda Chaves Soares, que viveu oito anos com os Maxakali, disse que eles perderam a fé nos documentos do homem branco. “Eles não acreditam mais no papel. Como confiar? A autoridade escreveu, fez a lei, falou e nada até agora. É difícil para eles entenderem”, explicou a especialista. Ele disse que o Maxakali sempre foi “muito de ouvir o governo, de denunciar, negociar” mas que, agora, “é imprevisível”.

Ela lamenta que a única alternativa dos Maxakali, privados da condição de caçar e pescar, seja perambular pelas cidades, pedindo coisas. “Andam pelas ruas como andavam nas matas”, explica. (ML)

## Funai tem caixa para indenizar

A retirada dos fazendeiros do território Maxakali está dependendo do pagamento das indenizações pelas benfeitorias. A Funai já dispõe dos recursos, cerca de R\$ 470 mil, e tentou, de acordo com o Administrador Regional Executivo, Wilton Madson Andrade, fazer o pagamento no início de abril. Os fazendeiros não aceitaram, questionando os valores.

Wilton Andrade entende que encerraram-se as possibilidades de providências administrativas e agora a decisão deve ser judicial. O Procurador Regional dos Direitos do Cidadão, Álvaro Ricardo de Souza Cruz entrou, nesta semana, junto à 12ª Vara da Justiça Federal, com ação de Reintegração de Posse, pedindo a imediata retirada dos fazendeiros. Entrou também com ação de Consignação de Pagamento, para que os valores da indenização possam ser discutidos com os fazendeiros fora da terra indígena.

O procurador da República avalia que a ação “pode demorar”, mas tem “certeza da vitória”. O assessor jurídico do Cimi, Luiz Antônio Chaves, teme que a ação se arraste no tempo e avalia que não é necessária ordem judicial para a retirada.

De sua parte, os Maxakali, com a declaração de guerra aos fazendeiros, acham que vão resolver por outras partes. “Nós mesmos tiramos os fazendeiros. O dinheiro pode ficar com a Funai. Pode deixar. Vai ser sem pagar”, opina Milton Maxakali. (ML)

## Fazendeiro quer retardar a saída

BERTÓPOLIS - Todos os recursos previstos na legislação serão utilizados pelos fazendeiros para permanecerem na área da reserva Maxakali, demarcada em 1993 e homologada em outubro de 96. A informação é do porta-voz do grupo, Antônio Pereira Sena, que impõe como única condição admitida a compra de todas as propriedades e a preço de mercado pelo governo federal. Ele afirma que na região cada chamado alqueirão vale R\$ 20 mil.

O fazendeiro afirma que as fazendas foram compradas, pagas e registradas. Elas estariam ligadas à sobrevivência de mais de 50 famílias. Vereador no vizinho município baiano de Itanhém, Sena afirma ter uma audiência já agendada no dia 30 com o ministro da Justiça, Renan Calheiros, para “denunciar as injustiças” contra o grupo.

Sócio em uma fazenda de 60 hectares, o fazendeiro Juares Ferreira dos Santos diz que topa sair da área desde que o governo troque por uma exatamente igual. Casado, seis filhos, o produtor afirma que não tem condição de recomeçar tudo aos 63 anos. Ele tem mágoa dos índios, acusados por destruir duas casas na fazenda e matar as vacas, quando se ausentou para cuidar da saúde da mulher. “Eu cheguei a chorar”, afirma. (LT)